

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Quadragésima Primeira Sessão Ordinária**

**20 de Junho – 15 de Julho de 2022**

**Lusaka, Zâmbia**

**EX.CL/1353(XLI)**

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE TRANSPORTES, INFRA-  
ESTRUTURAS TRANSCONTINENTAIS E INTER-REGIONAIS E  
ENERGIA (CTE-TTIE), 14 - 16 de Junho de 2022  
Por videoconferência**



OSC73014 – 92/92/22/10

**SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ  
TÉCNICO ESPECIALIZADO DE TRANSPORTES, INFRA-  
ESTRUTURAS TRANSCONTINENTAIS E INTER-  
REGIONAIS E ENERGIA (CTE-TTIE)**

**14 - 16 de Junho de 2022  
Por videoconferência**

**STC-TTIE/Min/Draft/.....**  
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS  
16 de Junho de 2022**

## **I. INTRODUÇÃO**

1. A Reunião dos Ministros relativa à Segunda Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais e Energia (CTE-TTIIIE) foi realizada virtualmente a 16 de Junho de 2022. Foi precedida de uma reunião de peritos realizada nos dias 14 e 15 de Junho de 2022.

## **II. PARTICIPAÇÃO**

2. Participaram na reunião os seguintes quarenta e cinco (45) Estados-membros da União Africana: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Comores, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Jibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, Eswatini, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Quénia, Lesoto, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Seychelles, Somália, África do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. As seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER) participaram na reunião: Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade da África Oriental (CAO) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

4. Participaram igualmente na reunião as seguintes instituições regionais e continentais africanas e as seguintes organizações internacionais: Comissão Africana de Energia (AFREC), Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Comissão Africana de Aviação Civil (AFCAC), Associação Africana das Companhias Aéreas (AFRAA), Associação das Empresas de Electricidade de África (APUA) e Associação Regional dos Reguladores de Energia para a África Oriental e Austral.

5. A lista de participantes consta do anexo I do presente relatório.

## **III. CERIMÓNIA DE ABERTURA**

6. A reunião foi aberta com um discurso proferido pela Comissária da UA para Infra-estruturas e Energia e pelo Presidente do CTE-TTIIIE.

7. A Comissária da CUA para as Infra-estruturas e Energia, S.Ex.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amani Abou-Zeid deu as boas-vindas aos Estados-membros e a todos os delegados da reunião. Informou a Sessão que o CTE tinha sido convocado para analisar questões fundamentais que não podem esperar até que a Sessão Ordinária seja realizada em 2023. Observando que havia uma necessidade crescente de consultas regionais e continentais desde o surto da COVID-19 há dois anos e a recente crise Rússia-Ucrânia, a Comissária sublinhou a importância de abordar atempadamente as ameaças emergentes, utilizando as soluções digitais para facilitar as referidas consultas. S.Ex.<sup>a</sup> a Dr.<sup>a</sup> Abou-Zeid informou a reunião que a crise Rússia-Ucrânia teve um impacto significativo em muitos sectores, sendo imperioso que haja uma

resposta coordenada e colectiva por parte do continente. Observou que os sectores de infra-estruturas e energia eram os mais afectados e que os seus efeitos estavam a ter um forte impacto noutros sectores. A CUA tomou medidas para coordenar as instituições pan-africanas e partes interessadas relevantes para desenvolver e identificar medidas de mitigação e oportunidades para a apreciação do CTE. A Comissária informou ainda o CTE que África teve uma oportunidade de ouro como anfitriã da COP27 para enfrentar o mundo com uma mensagem unificada sobre o acesso e transição energética, através de uma Posição Comum Africana. Concluiu as suas observações destacando várias questões no sector de transportes que requerem a intervenção do CTE a fim de fazer avançar a implementação do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM) e reforçar a segurança rodoviária em África, através da criação do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO) e implementar o plano de acção para o transporte marítimo para o período 2022-2023. A Comissária terminou os seus comentários desejando que a reunião tivesse deliberações frutuosas.

8. S.Ex.<sup>a</sup> Tsoeu Mokeretla, Ministro dos Transportes do Reino do Lesoto e Presidente do CTE-TTIIIE deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu à CUA por organizar a reunião. Reconheceu que todos os Estados-membros tinham sofrido os impactos adversos da crise Rússia-Ucrânia e reconheceu a liderança da CUA no sentido de uma abordagem colectiva continental para mitigar os seus impactos nos sectores de energia e infra-estruturas, uma vez que têm efeitos de repercussão em todos os outros sectores da economia. Sublinhou a importância de África aproximar-se da COP27 com uma mensagem unificada e saudou os esforços de desenvolvimento de uma Posição Comum Africana sobre o acesso e transição energética justa. Observou que a sessão extraordinária do CTE foi uma ocasião oportuna para harmonizar várias iniciativas africanas numa posição comum antes da COP27. O Presidente delineou várias questões no âmbito do sector de transportes que antecederam o CTE e observou que a sua adopção permitiria à CUA acelerar a implementação dos ambiciosos projectos e programas da UA no âmbito do sector. Incluem o Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM, orientações políticas para a negociação de um acordo de serviços aéreos, a Política Africana de Aviação Civil revista, o relatório final do estudo sobre o Observatório Africano de Segurança Rodoviária e o plano de acção para o transporte marítimo (2022-2023). Apelou a todos os Estados-membros e parceiros para que apoiem estes esforços. Antes de prosseguir com a reunião, o Presidente convidou o CTE a observar um minuto de silêncio em memória do falecido S.Ex.<sup>a</sup> Coussoud-Mavoungou, que foi o Ministro da Investigação Científica e Inovação Tecnológica da República do Congo, que faleceu em Março de 2022. Descreveu o falecido ministro como um verdadeiro pan-africanista que serviu implacavelmente o seu país e África em várias qualidades no sector de infra-estruturas.

#### IV. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

9. A Mesa da reunião foi constituída de acordo com o Regulamento Interno do CTE, como se segue:

Presidente	:	Lesoto (África Austral)
1º Vice-presidente	:	Uganda (África Oriental)
2º Vice-presidente	:	Congo (África Central)

3º Vice-presidente : Benim (África Ocidental)  
Relator : Egipto (África do Norte)

10. O projecto de agenda foi aprovado sem alterações:

- I. *CERIMÓNIA DE ABERTURA*
- II. *QUESTÕES DE PROCEDIMENTO*
  1. *Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho*
- III. *Apreciação do Relatório de Peritos*
- IV. *Apreciação e Adopção da Declaração Ministerial*
- V. *Diversos*
- VI. *ENCERRAMENTO*

## V. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE PERITOS

11. O Relatório de Peritos foi apresentado à Reunião. Destacou as deliberações sobre os impactos da crise Rússia-Ucrânia; a Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética; e os pontos relativos ao sector dos transportes.

### 1 **Apreciação de recomendações para mitigar os impactos da crise Rússia-Ucrânia nos sectores de infra-estruturas e energia em África**

12. O CTE foi informado que a CUA e as principais instituições Pan-Africanas, nomeadamente AUDA-NEPAD, BAD, África50 e UNECA, com contributos de outras partes interessadas, tinham preparado um documento sobre as implicações da crise Rússia-Ucrânia nos sectores de infra-estruturas e energia em África. O documento destacou os principais impactos da crise nos sectores de infra-estruturas e energia, nomeadamente:

- a) Aumento dos preços dos combustíveis;
- b) Atrasos e rupturas de abastecimento que resultam em escassez dos combustíveis;
- c) Ameaça à segurança energética;
- d) Menor ênfase na transição energética e no seu financiamento internacional;
- e) Interrupções na cadeia de abastecimento e na logística no sector marítimo, juntamente com elevados custos de frete;
- f) Efeitos de ondulação dos custos de combustível mais elevados nas viagens rodoviárias, ferroviárias e aéreas.

13. A reunião foi igualmente informada que o Presidente da CUA criou um Grupo de Trabalho interdisciplinar presidido pelo Director-Geral para analisar as implicações da crise em África. O Grupo de Trabalho elaborou um documento-quadro que destacou os impactos em diferentes sectores. As conclusões foram apresentadas numa sessão extraordinária da Mesa dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada a 10 de Maio de 2022.

14. A reunião tomou nota de que a República Árabe do Egito incentiva e apoia todos os esforços da União Africana no domínio do acesso e transição energética, incluindo o Plano Director Continental do Sistema de Energia (CMP) e o Mercado Único Africano de Electricidade (AfSEM).

## Recomendações

### O CTE-TTISE:

- i) Apelou à elaboração de um Plano Africano de Segurança e Financiamento do Sector de Energia que promova o comércio intra-africano e o aumento da produção petrolífera africana; refinação do petróleo bruto africano em refinarias africanas e infra-estruturas pan-africanas de armazenamento e distribuição (portos, terminais, transporte marítimo, caminhos-de-ferro, etc.);
- ii) Instou os Estados-membros, a CUA e a AUDA-NEPAD a acelerarem o desenvolvimento de projectos e infra-estruturas regionais de gás e electricidade em África para apoiar a transição energética, industrialização, cozinha limpa, agricultura, petroquímica e criar oportunidades para a exportação de gás natural para outros mercados;
- iii) Solicitou aos Estados-membros, AUDA-NEPAD, CUA e UNECA que integrassem a electrificação dos caminhos-de-ferro e outros sistemas de transporte sustentáveis nos actuais planos de desenvolvimento para reduzir o impacto das flutuações dos preços de petróleo e gás nos custos de transporte;
- iv) Apelou à criação de zonas logísticas multimodais interligadas em todo o continente para facilitar a circulação de mercadorias, reduzir os custos de transporte e distribuição, bem como reduzir os custos de armazenamento no continente, incluindo para os Estados Insulares Africanos;
- v) Instou ao desenvolvimento de linhas marítimas intra-africanas e/ou grupos regionais exclusivos para petroleiros;
- vi) Solicitou à CUA, à AFCAC e à AFRAA que efectuassem uma análise detalhada dos impactos relacionados com as companhias aéreas, incluindo a interconectividade e a segurança, e que elaborassem uma estratégia para a colaboração das companhias aéreas africanas;
- vii) Exortou a AUDA-NEPAD, a CUA e todas as instituições envolvidas a acelerar a implementação de projectos essenciais no âmbito do PIDA PAP2 e AfSEM para reforçar a interconectividade intra-africana e explorar as oportunidades de comércio de energia que a crise Rússia-Ucrânia proporciona a África;
- viii) Instou os Estados-membros e as instituições pan-africanas a assegurarem que os acordos e contratos de parceria consagrem cláusulas e financiamentos importantes para a transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de cidadãos africanos, bem como conteúdos locais, regionais e continentais;
- ix) Solicitou à CUA, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas e todas as partes interessadas relevantes, que continuasse a acompanhar a evolução da situação da crise Rússia-Ucrânia e o seu impacto nos sectores de infra-estruturas e energia e que aumentasse e melhorasse a resiliência de África face a futuros choques/crises.

## 2 **Apreciação da proposta de uma Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética para apresentação na COP 27**

15. O CTE analisou um documento articulando uma proposta de Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética. O documento foi concebido sob a liderança da CUA com contributos das principais instituições pan-africanas, incluindo a AUDA-NEPAD, o BAD e a UNECA. O documento apresenta uma visão geral da situação energética, lacunas de acesso e enormes potenciais energéticos no continente. O documento analisa ainda o potencial de várias tecnologias energéticas, tanto renováveis como não renováveis, para contribuir para o acesso e transição energética no continente.

16. O documento propõe a seguinte posição comum:

- a) A curto e médio prazo, devem continuar a utilizar sistemas de energia renováveis e não renováveis para satisfazer a procura actual e crescente de energia;
- b) A curto e médio prazo, o petróleo e o carvão desempenharão papéis cruciais na expansão do acesso à energia moderna nos sectores de transportes, indústria e energia. África concentrar-se-á no aumento da eficiência energética e na implementação de medidas e tecnologias de descarbonização para mitigar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da cadeia de valor dos combustíveis fósseis;
- c) A curto, médio e longo prazo, a agenda de acesso e transição energética de África centrar-se-á em fontes de energia mais limpas, incluindo energias renováveis, energia nuclear, hidrogénio ecológico e com baixo teor de carbono e gás natural.

17. Para alcançar o objectivo de acesso e transição energética, foram identificados quatro pilares de implementação tais como: Financiamento; Integração Regional; Políticas e Quadros Regulamentares; Investigação e Desenvolvimento, Transferência de Tecnologia e Cooperação.

### **Recomendações**

O CTE-TTISE:

- i) Apoiou a Posição Comum Africana proposta sobre acesso e transição energética e solicitou à CUA que trabalhasse com os Estados-membros para consolidar todas as propostas africanas sobre acesso e transição energética justa;
- ii) Solicitou à CUA que coordenasse a apresentação do Documento de Posição Comum Africana consolidada ao Grupo Africano de Negociadores (AGN) para posterior apresentação à Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) e ao Comité de Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC) para aprovação;
- iii) Solicitou à CUA/AFREC, ao UNECA e à BAD que trabalhassem com os Estados-membros para elaborar planos directores nacionais de transição energética e estratégias de mobilização de recursos para os Estados-membros e as CER, e estratégias para acelerar a implementação;

- iv) Solicitou à CUA, à UNECA, ao BAD e à AUDA-NEPAD que concebessem e implementassem um quadro e um programa continental de transferência de tecnologia que permita aos Estados-membros aceder, fabricar, adoptar e adaptar o acesso à energia e as tecnologias de transição às suas necessidades locais e nacionais;
- v) Solicitou aos Estados-membros que acelerasse os esforços no sentido de facilitar o acesso e transição energética através da atribuição e mobilização de financiamento interno, criação de um ambiente propício à participação do sector privado e de um maior empenho na integração regional dos mercados energéticos;
- vi) Solicitou aos Estados-membros que definissem objectivos de descarbonização através das suas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CND) e acelerassem os esforços para descarbonizar e melhorar a eficiência energética em sectores fundamentais, incluindo os transportes, a electricidade e os sectores industriais sujeitos a receber financiamento prometido na COP26;
- vii) Solicitou à CUA e aos seus parceiros continentais e regionais que acelerassem a implementação de iniciativas importantes, incluindo o Plano Director Continental de Sistemas de Energia (CMP), o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA-PAP2), a Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI), o Mercado Único Africano de Electricidade (AfSEM) e o Programa Africano de Transição Energética (AETP);
- viii) Solicitou à CUA, em colaboração com instituições continentais e regionais, que elaborasse um programa continental sobre hidrogénio ecológico para criar mercados nacionais e internacionais sustentáveis e com uma boa relação custo-eficácia, e que desenvolva quadros financeiros, políticos e regulamentares adequados e parcerias com outras regiões do mundo para desenvolver as tecnologias;
- ix) Solicitou à Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) e ao Acordo de Cooperação Regional Africana para a Investigação, Desenvolvimento e Formação relacionada com a Ciência e Tecnologia Nuclear (AFRA) que acelerasse a implementação de quadros adequados para utilizar a energia nuclear e continuem a fomentar a cooperação a nível regional, continental e global para mobilizar financiamento, adquirir tecnologias, melhorar as competências e perícia, bem como abordar os riscos associados;
- x) Instou os Estados-membros a garantir que os acordos e contratos de parceria consagrem cláusulas e financiamentos importantes para a transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de cidadãos africanos, bem como conteúdos locais, regionais e continentais;
- xi) Apelou aos parceiros, partes interessadas e potenciais investidores públicos e privados para que apoiassem a Posição Comum Africana para o acesso e transição energética justa e ajudasse a conceber instrumentos e pacotes técnicos e financeiros com vista a acelerar o direito dos africanos a um acesso universal à energia acessível e fiável e a uma cozinha limpa, bem como a combustíveis e transportes limpos.



### **3 Apreciação da Iniciativa Africana de Acesso e Transição Energética Justa (Proposta apresentada pela República Árabe do Egípto)**

18. A República Árabe do Egípto apresentou uma proposta para lançar a Iniciativa Africana de Acesso e Transição Energética Justa (EAJT) durante a COP27. O objectivo da iniciativa é acelerar o acesso universal a uma energia acessível e fiável em África, considerando ao mesmo tempo a agenda climática para um desenvolvimento sustentável e ecológico e baixas emissões de carbono.

19. A reunião tomou nota da iniciativa proposta sobre Acesso e Transição Energética Justa (EAJT) para promover o Acesso e Transição Energética justa e equitativa que considere as realidades específicas de África.

#### **Recomendação**

O CTE-TTISE:

- i) Reconheceu e enalteceu a iniciativa de Acesso e Transição Energética Justa em África proposta pela República Árabe do Egípto, apelou ao apoio à preparação da COP27 e exortou a República Árabe do Egípto a defender a Posição Comum Africana para o efeito.

### **4 Transporte**

20. Em conformidade com a decisão do Conselho Executivo (EX.CL/Dec.1144(XL)) de abordar questões pendentes no sector de transporte, a reunião analisou os pontos de agenda do sector de transporte, em conformidade com as recomendações da 3ª Sessão Ordinária do CTE-TTIIIE. Incluem a adopção do Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM, orientações políticas para a negociação de acordos de serviços aéreos entre os Estados-membros da UA e outros países e regiões; a Política de Aviação Civil Africana revista (AFCAP); o relatório final do estudo sobre o Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO) e o plano de acção para o transporte marítimo para o período 2022-2023.

21. A reunião tomou nota das reservas formuladas pelo Congo, República Democrática do Congo, Egípto e Gabão sobre o Mecanismo de Resolução de Litígios do YD/SAATM (DSM). A reunião tomou ainda nota das observações feitas por Congo e Gabão no sentido de alterar a alínea b) do nº 2 do artigo 3º e as definições no âmbito do Mecanismo de Resolução de Litígios do YD/SAATM a fim de suprimir a referência à extensão da resolução de litígios às companhias aéreas, uma vez que tal não está em conformidade com o artigo 8º da Decisão de Yamoussoukro.

22. A reunião tomou nota da necessidade de mobilizar apoio para os candidatos africanos ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) antes da Assembleia Geral da ICAO em Setembro de 2022.

## Recomendações

O CTE-TTISE:

- i) Aprovou o Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM e solicitou à AFCAC, em colaboração com a CUA e outros parceiros importantes, a criação do Conselho de Administração e Secretariado do Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM acolhido pela AFCAC e a apresentação de relatórios ao Organismo de Monitorização do YD;
- ii) Aprovou as orientações políticas para a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os Estados-membros da UA e os Estados e regiões não africanas e solicitou à AFCAC a criação de um Comité de Peritos Jurídicos em Transportes Aéreos para apoiar o acompanhamento da aplicação e revisão das orientações;
- iii) Aprovou a Política Africana de Aviação Civil revista e solicitou à AFCAC que coordenasse a sua implementação em colaboração com as instituições e parceiros de transporte aéreo relevantes;
- iv) Aprovou as recomendações do estudo sobre o Quadro Institucional e opções para o financiamento sustentável do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO);
- v) Solicitou à CUA que coordenasse a implementação das recomendações do estudo para a criação do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO);
- vi) Apelou aos Estados-membros que ainda não o fizeram, para que aderissem, ratificassem e depositassem o instrumento de ratificação da Carta Africana de Segurança Rodoviária;
- vii) Solicitou à CUA, em colaboração com a UNECA, que elaborasse uma estratégia de advocacia para exortar mais Estados-membros a ratificar a Carta Africana de Segurança Rodoviária;
- viii) Aprovou o Plano de Acção para o Transporte Marítimo para o período 2022-2023;
- ix) Solicitou à AFCAC que comunicasse os candidatos africanos propostos do Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Mauritânia, Nigéria, África do Sul e Zimbabwe às instituições de transporte aéreo e outros parceiros para apoio necessário antes da Assembleia Geral da ICAO, em Setembro de 2022.

## VI. ADOÇÃO DO RELATÓRIO E DA DECLARAÇÃO DE PERITOS

23. O Relatório de Peritos e a Declaração Ministerial foram adoptados com alterações.

## VII. DIVERSOS

24. A Comissária da UA para Infra-estruturas e Energia informou a reunião que as Perspectivas Energéticas para África seriam lançadas a 20 de Junho de 2022 em Paris, França, convidou e incentivou os delegados a participar.

## VIII. ENCERRAMENTO

25. Nas suas observações finais, a Comissária da UA para Infra-estruturas e a Energia expressou a sua gratidão aos Estados-membros pela sua participação e contribuições durante a sessão extraordinária do CTE. Saudou o sucesso da reunião como sendo significativo, particularmente devido à urgência de alguns dos pontos de agenda que têm um prazo limitado, especialmente os relacionados com a COP27. Apelou aos Estados-membros e a todas as partes interessadas africanas para que reunissem apoio para resultados concretos na COP que permitam a África fazer face às alterações climáticas de forma mais eficaz, assegurando um financiamento internacional adequado para o clima, tendo simultaneamente em conta as circunstâncias especiais de África. A Comissária observou que a aprovação de instrumentos adicionais no âmbito do SAATM foi uma realização importante e manifestou a confiança de que iria impulsionar a sua operacionalização. Apelou, portanto, aos Estados-membros e às companhias aéreas para que tomassem medidas práticas de abertura do mercado em África, a fim de garantir que os benefícios do SAATM sejam sentidos no terreno. Saudou igualmente a aprovação do relatório sobre o Observatório de Segurança Rodoviária em África (ARSO) e comprometeu-se a trabalhar com os órgãos relevantes para acelerar o processo de criação do ARSO. A Comissária concluiu as suas observações agradecendo ao Presidente e a todos os participantes e assegurou o empenho dos Estados-membros da CUA em avançar na realização das tarefas que se avizinham.

26. O Presidente agradeceu aos Ministros pelas suas contribuições. Agradeceu igualmente à CUA por ter convocado a reunião e por ter garantido que as deliberações e as decisões da reunião fossem correctamente captadas. Apelou aos Estados-membros e parceiros a trabalharem em conjunto para assegurar a implementação atempada das recomendações acordadas. Em particular, apelou aos Estados-membros para apoiarem a Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética através de uma participação activa na COP27. Agradeceu às equipas técnicas da CUA e aos intérpretes por garantirem um bom fluxo da reunião e pelo apoio concedido pelo Reino do Lesoto como Presidente da Mesa.



OSC73015 – 92/92/34/10

**SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO  
DE TRANSPORTES, INFRA-ESTRUTURAS  
TRANSCONTINENTAIS E INTER-  
REGIONAIS E ENERGIA (STC-TTIE)  
14 - 16 de Junho de 2022  
Por videoconferência**

**STC-TTIE/MIN/.....**  
Original: Inglês

# **Declaração Ministerial**

**16 de Junho de 2022**

**DECLARAÇÃO DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE TRANSPORTES, INFRA-ESTRUTURAS TRANSCONTINENTAIS E INTER-REGIONAIS E ENERGIA (CTE-TTIIIE)**

**14-16 Junho de 2022  
Por videoconferência**

**NÓS**, os Ministros responsáveis pelos sectores de Transportes e Energia, reunidos por videoconferência a 16 de Junho de 2022, na **Segunda Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais e Energia (CTE-TTIIIE)**, organizada pela Comissão da União Africana (CUA) para analisar uma Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética para apresentação na COP27; recomendações para mitigar os impactos da crise Rússia - Ucrânia nos sectores de Infra-estruturas e Energia em África; e para concluir várias questões relativas aos sector de transportes, conforme orientado pela Terceira Sessão Ordinária do CTE-TTIIIE, realizada a 30 de Junho de 2021;

**CONSIDERANDO:**

1. O Tratado que cria a Comunidade Económica Africana, adoptado em Abuja, Nigéria, em Junho de 1991;
2. O Acto Constitutivo da União Africana adoptado em Lomé, Togo, a 11 de Julho de 2000, e em particular os seus Artigos 14º e 15º que criam os Comités Técnicos Especializados como órgãos da União e os habilitam, dentro dos seus respectivos domínios de competência, a preparar, entre outros, projectos e programas da União e a assegurar a sua coordenação e harmonização;
3. A Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) que reestrutura os CTE e cria um CTE relativo aos Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais, Energia e Turismo;
4. O Regulamento Interno do CTE de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais e Energia que estipula no Artigo 5º, as suas competências e funções;
5. A Decisão EX.CL/Dec.1144(XL) que endossou os resultados da Terceira Sessão Ordinária do CTE-TTIIIE;
6. A Decisão da Conferência da UA sobre a COP26 e COP27 (Assembly/AU/Dec. 819(XXXV)), que reitera a necessidade de se alcançar um resultado importante na COP27;
7. Os relatórios submetidos a esta Segunda Sessão Extraordinária do CTE-TTIIIE.

**RECONHECENDO** que a crise Rússia-Ucrânia tem impactos graves directos e indirectos nos sectores de infra-estruturas e energia em África que têm um impacto ainda maior noutros sectores sociais e económicos através de efeitos multiplicadores;

**RECONHECENDO** que a actual crise Rússia-Ucrânia contribuiu para o aumento dos preços de energia e o elevado custo dos transportes em África, o que teve um impacto negativo na agricultura, indústria, comércio, turismo e muitos outros sectores socioeconómicos, para além de importantes pressões sobre os orçamentos públicos dos países africanos, especialmente na sequência da pandemia da Covid-19;

**RECONHECENDO** a grave pobreza energética em África e o risco de paralisação do desenvolvimento socioeconómico no Continente;

**RECONHECENDO** a necessidade dos Estados-membros e das Comunidades Económicas Regionais (CER) de reforçar a colaboração nos sectores de infra-estruturas e energia para enfrentar colectivamente estes desafios, falar com uma só voz na COP27, especialmente sobre a questão do Acesso e Transição Energética justa, e de acelerar a operacionalização completa do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM);

**Nós**, os Ministros, reiterando o nosso compromisso de desenvolver os sectores de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais, e Energia, e a nossa forte vontade de implementar os resultados desta reunião, acordamos no seguinte:

***Relativamente à Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética:***

1. Apoiar a proposta da Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética e solicitar à CUA que trabalhe em conjunto com os Estados-membros para consolidar todas as diferentes propostas africanas sobre Acesso e Transição Energética justa;
2. Solicitar à CUA que coordene a apresentação do Documento da Posição Comum Africana consolidada ao Grupo Africano de Negociadores (AGN) para posterior apresentação à Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) e ao Comité de Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC) para aprovação;
3. Solicitar à CUA/AFREC, ao BAD e à UNECA que trabalhem com os Estados-membros para elaborar planos directores nacionais de transição energética e estratégias de mobilização de recursos para os Estados-membros e as CER, e estratégias para acelerar a implementação;
4. Solicitar à CUA, à AUDA-NEPAD, ao BAD e à UNECA que concebam e implementem um quadro e um programa continental de transferência de tecnologia que permita aos Estados-membros aceder, fabricar, adoptar e adaptar o acesso à energia e as tecnologias de transição às suas necessidades locais e nacionais;
5. Solicitar aos Estados-membros que acelerem os esforços para facilitar o Acesso e Transição Energética, através da atribuição e mobilização de financiamento interno, desenvolvimento dos mercados de carbono, criação de um ambiente propício para a participação do sector privado e um maior empenho na integração regional dos mercados energéticos;
6. Solicitar aos Estados-membros que definam objectivos de descarbonização através das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CND) e acelerem os esforços para descarbonizar e melhorar a eficiência energética em sectores fundamentais, incluindo transportes, electricidade e sectores industriais sujeitos a receber o financiamento prometido na COP26;
7. Solicitar à CUA e aos seus parceiros continentais e regionais que acelerem a implementação de iniciativas essenciais incluindo o Plano Director de Sistemas Continentais de Energia (CMP), o Programa para o Desenvolvimento de Infra-

estruturas em África (PIDA-PAP2), a Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI), o Mercado Único Africano de Electricidade (AfSEM) e o Programa Africano de Transição de Energia (AETP);

8. Solicitar à CUA, em colaboração com instituições continentais e regionais, que elabore um programa continental sobre hidrogénio ecológico com vista a criar mercados nacionais e internacionais sustentáveis e com uma boa relação custo-eficácia, e que desenvolva quadros financeiros, políticos e regulamentares adequados e parcerias com outras regiões do mundo para desenvolver as tecnologias;
9. Solicitar à Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) e ao Acordo de Cooperação Regional Africana para a Investigação, Desenvolvimento e Formação relacionada com a Ciência e Tecnologia Nuclear (AFRA) que acelerem a implementação de quadros adequados para utilizar a energia nuclear e continuem a fomentar a cooperação a nível regional, continental e global para mobilizar financiamento, adquirir tecnologias, melhorar as competências e perícia, e abordar os riscos associados;
10. Reconhecer e enaltecer a iniciativa para o Acesso e Transição Energética justa em África proposta pela República Árabe do Egito, apoiar a preparação da COP27 e apelar à República Árabe do Egito para que defenda a posição comum africana no futuro;
11. Apelar aos parceiros, partes interessadas e potenciais investidores públicos e privados para que apoiem a Posição Comum Africana para o Acesso e Transição Energética justa e para ajudar a conceber instrumentos e pacotes técnicos e financeiros com vista a acelerar o direito dos africanos a um acesso universal à energia acessível e fiável e a uma cozinha limpa, bem como a combustíveis e transportes limpos.

***Relativamente aos Impactos da Crise Rússia-Ucrânia nos Sectores de Infra-estruturas e Energia em África:***

1. Solicitar à CUA, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas e todas as partes interessadas relevantes, que continue a acompanhar a evolução da situação da crise Rússia-Ucrânia e o seu impacto nos sectores de infra-estruturas e energia, bem como aconselhar os Estados-membros sobre medidas de mitigação adequadas e intensificar o desenvolvimento de sistemas de dados sobre o consumo e comportamento energético no Continente;
2. Solicitar à CUA, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas, que coordene a implementação das seguintes recomendações para mitigar os impactos da crise Rússia-Ucrânia, bem como aumentar e melhorar a resiliência de África face a futuros choques/crises:
  - i. Elaborar um Plano Africano de Segurança e Financiamento do Sector de Energia que promova o comércio intra-africano e o aumento da produção petrolífera africana; refinação do petróleo bruto africano em refinarias africanas e infra-estruturas pan-africanas de armazenamento e distribuição (portos, terminais, transporte marítimo, caminhos-de-ferro, etc.);
  - ii. Acelerar o desenvolvimento de projectos e infra-estruturas regionais de gás e energia em África para apoiar a transição energética, industrialização,

- cozinha limpa, agricultura, petroquímica e criar oportunidades para a exportação de gás natural para outros mercados;
- iii. Integrar a electrificação dos caminhos-de-ferro e outros sistemas de transporte sustentáveis nos actuais planos de desenvolvimento a fim de reduzir o impacto das flutuações dos preços do petróleo e gás nos custos de transporte;
  - iv. Criar zonas logísticas multimodais interligadas em todo o continente para facilitar a circulação de mercadorias, reduzir os custos de transporte e distribuição e reduzir os custos de armazenamento no continente, incluindo para os Estados Insulares Africanos;
  - v. Desenvolver linhas marítimas intra-africanas e/ou grupos de petroleiros regionais específicos;
  - vi. Solicitar à CUA, AFCAC e AFRAA a realização de uma análise detalhada sobre os impactos relacionados com as companhias aéreas, incluindo a interconectividade e segurança, bem como elaborar uma estratégia para a colaboração das companhias aéreas africanas;
  - vii. Acelerar a implementação de importantes projectos no âmbito do PIDA PAP2 e AfSEM a fim de reforçar a interconectividade intra-africana e aproveitar as oportunidades de comércio de energia que a crise Rússia-Ucrânia proporciona ao continente africano;
  - viii. Garantir que os acordos e contratos de parceria consagrem cláusulas e financiamentos importantes para a transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de cidadãos africanos, bem como conteúdos locais, regionais e continentais.

#### ***No Sector de Transportes:***

1. Aprovar o Mecanismo de Resolução de Litígios da SAATM e solicitar à AFCAC, em colaboração com a CUA e outros parceiros principais, a criação do Conselho de Administração e Secretariado do Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM acolhido pela AFCAC e a apresentação de relatórios ao Órgão de Monitorização do YD;
2. Aprovar as orientações políticas para a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os Estados-membros da União Africana e os Estados Não-Africanos e Regiões;
3. Solicitar à AFCAC a criação de um Comité de Peritos Jurídicos em Transportes Aéreos para ajudar no acompanhamento da aplicação das orientações e na sua revisão;
4. Aprovar a Política Africana de Aviação Civil revista e solicitar à AFCAC que coordene a sua implementação em colaboração com as instituições e parceiros de transporte aéreo relevantes;
5. Aprovar as recomendações do estudo sobre o Quadro Institucional e opções para o financiamento sustentável do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO);
6. Solicitar à CUA que coordene a implementação das recomendações do estudo para a criação do ARSO;



7. Reiterar os apelos aos Estados-membros que ainda não o fizeram, para que adiram, ratifiquem e depositem o instrumento de ratificação da Carta Africana de Segurança Rodoviária;
8. Solicitar à CUA, em colaboração com a UNECA, que elabore uma estratégia de advocacia para exortar mais Estados-membros a ratificar a Carta Africana de Segurança Rodoviária;
9. Aprovar o Plano de Acção para os Transportes Marítimos para o período 2022-2023;
10. Solicitar à AFCAC que comunique os candidatos africanos propostos do Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Mauritânia, Nigéria, África do Sul e Zimbábwe às instituições de transporte aéreo e outros parceiros para apoio necessário antes da Assembleia Geral da ICAO em Setembro de 2022.

***Em conclusão***

1. Reconhecer e felicitar todas as instituições financeiras multilaterais e parceiros de desenvolvimento pelo seu apoio a vários projectos e programas de infra-estruturas e energia da UA e convidá-los a continuar a colaboração;
2. Enaltecer a colegialidade e o espírito de solidariedade das organizações pan-africanas que contribuíram para os documentos apresentados e as recomendações formuladas pela CUA; AFCAC, AFREC, AFCONE, AUDA-NEPAD, Africa50, BAD, UNECA; e saudar o espírito de solidariedade dos Estados-membros e a determinação de falar com uma só voz na COP27 e a abertura e cordialidade que prevaleceram nas deliberações da reunião;
3. Solicitar à Comissão da União Africana que submeta a presente Declaração aos Órgãos Deliberativos da União Africana para apreciação e adopção.

**Elaborada no dia 16 de Junho de 2022**

**PROJECTO DE DECISÃO  
RELATIVO À 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO  
ESPECIALIZADO DE TRANSPORTES, INFRA-ESTRUTURA TRANSCONTINENTAL  
E INTERREGIONAL E ENERGIA (STC-TTIIE) REALIZADA POR VÍDEO  
CONFERÊNCIA, DE 14-16 de Junho de 2022  
(Doc. EX.CL/...(XLI))**

**I. PREÂMBULO (CONTEXTO LEGISLATIVO)**

**O Conselho Executivo:**

1. **TOMA NOTA** do Relatório da 2ª Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais, e Energia (CTE-TTIIE) realizada por videoconferência de 14 a 16 de Junho de 2022 e da respectiva Declaração;
2. **FELICITA** os Ministros responsáveis pelos Transportes e Energia pela realização bem-sucedida da 2ª Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais, e Energia (STC-TTIIE) e pela obtenção de resultados assinaláveis para o desenvolvimento das Infra-estruturas de Transportes, Transcontinentais e Inter-regionais, e Energia em África.

***Relativamente à Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética:***

3. **APOIA** a proposta de posição comum africana sobre acesso e transição energética e solicita à CUA que trabalhe em conjunto com os Estados-membros para consolidar todas as diferentes propostas africanas sobre acesso à energia e transição energética justa;
4. **SOLICITA** à CUA que coordene a apresentação do Documento sobre a Posição Africana consolidada para o Grupo Africano de Negociadores (AGN) para posterior apresentação à Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) e ao Comité de Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC) para aprovação;
5. **SOLICITA** à CUA/AFREC, ao BAD e à UNECA que trabalhem com os Estados-membros para elaborar planos directores nacionais de transição energética e estratégias de mobilização de recursos para os Estados-membros e as CER, bem como estratégias para acelerar a implementação;
6. **SOLICITA** à CUA, à AUDA-NEPAD, ao BAD e à UNECA que concebam e implementem um quadro e um programa continental de transferência de tecnologia que permita aos Estados-membros aceder, fabricar, adoptar e adaptar o acesso à energia e as tecnologias de transição às suas necessidades locais e nacionais;
7. **SOLICITA** aos Estados-membros que acelerem os esforços para facilitar o acesso à energia e a transição através da atribuição e mobilização de financiamento

interno, desenvolvimento dos mercados de carbono, criação de um ambiente propício para a participação do sector privado e um maior empenho na integração regional dos mercados energéticos;

8. **SOLICITA** aos Estados-membros que definam objectivos de descarbonização através das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CND) e acelerem os esforços para descarbonizar e melhorar a eficiência energética em sectores fundamentais, incluindo os transportes, a electricidade e os sectores industriais sujeitos a receber o financiamento prometido na COP26;
9. **SOLICITA** à CUA e aos seus parceiros continentais e regionais que acelerem a implementação de iniciativas essenciais incluindo o Plano Director dos Sistemas Continentais de Energia (CMP), o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA-PAP2), a Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI), o Mercado Único Africano de Electricidade (AfSEM) e o Programa Africano de Transição de Energia (AETP);
10. **SOLICITA** à CUA, em colaboração com instituições continentais e regionais, que elabore um programa continental sobre hidrogénio ecológico para criar mercados nacionais e internacionais sustentáveis e com uma boa relação custo-eficácia, e que desenvolva quadros financeiros, políticos e regulamentares adequados e parcerias com outras regiões do mundo para desenvolver as tecnologias;
11. **SOLICITA** à Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) e ao Acordo de Cooperação Regional Africana para a Investigação, Desenvolvimento e Formação relacionada com a Ciência e Tecnologia Nuclear (AFRA) que acelerem a implementação de quadros adequados para utilizar a energia nuclear e continuem a fomentar a cooperação a nível regional, continental e global para mobilizar financiamento, adquirir tecnologias, melhorar as competências e perícia, bem como abordar os riscos associados;
12. **RECONHECE** e **ENALTECE** a iniciativa para o acesso à energia e a transição justa em África proposta pela República Árabe do Egipto, apoia a preparação da COP27 e apela à República Árabe do Egipto para que defenda a posição comum africana no futuro;
13. **APELA** aos parceiros, às partes interessadas e aos potenciais investidores públicos e privados para que apoiem a Posição Comum Africana para o acesso à energia e uma transição justa e ajudem a desenvolver instrumentos e pacotes técnicos e financeiros com vista a acelerar o direito dos africanos a um acesso universal à electricidade acessível e fiável e a uma cozinha limpa, bem como a combustíveis e transportes limpos.

***Relativamente aos Impactos da Crise Rússia-Ucrânia nas Infra-estruturas e Sectores de Energia em África:***

14. **SOLICITA** à CUA, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas e todas as partes interessadas relevantes, que continue a acompanhar a evolução da

situação da crise Rússia-Ucrânia e o seu impacto nas infra-estruturas e sectores energéticos e aconselhar os Estados-membros sobre medidas de mitigação adequadas e intensificar o desenvolvimento de sistemas de dados sobre o consumo e comportamento energético no Continente;

**15. SOLICITA** à CUA, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas, que coordene a implementação das seguintes recomendações para mitigar os impactos da crise Rússia-Ucrânia e para aumentar e melhorar a resiliência de África face a futuros choques/crises:

- i. Elaborar um Plano Africano de Segurança e Financiamento do Sector de Energia que promove o comércio intra-africano e o aumento da produção petrolífera africana; refinação do petróleo bruto africano em refinarias africanas e infra-estruturas pan-africanas de armazenamento e distribuição (portos, terminais, transporte marítimo, caminhos-de-ferro, etc.);
- ii. Acelerar o desenvolvimento de projectos e infra-estruturas regionais de gás e electricidade em África para apoiar a transição energética, industrialização, cozinha limpa, agricultura, petroquímica e proporcionar oportunidades para a exportação de gás natural para outros mercados;
- iii. Integrar a electrificação dos caminhos-de-ferro e outros sistemas de transporte sustentáveis nos actuais planos de desenvolvimento para reduzir o impacto das flutuações dos preços do petróleo e do gás nos custos de transporte;
- iv. Criar zonas logísticas multidimensionais interligadas em todo o continente para facilitar a circulação de mercadorias, reduzir os custos de transporte e distribuição e reduzir os custos de armazenamento no continente, inclusive para os Estados Insulares Africanos;
- v. Desenvolver linhas marítimas intra-africanas e/ou grupos de petroleiros regionais específicos;
- vi. Solicitar à CUA, AFCAC e AFRAA a realização de uma análise detalhada sobre os impactos relacionados com as companhias aéreas, incluindo a interconectividade e a segurança, e elaborar uma estratégia para a colaboração das companhias aéreas africanas;
- vii. Acelerar a implementação de importantes projectos no âmbito do PIDA PAP2 e AfSEM para reforçar a interconectividade intra-africana e aproveitar as oportunidades de comércio de energia que a crise Rússia-Ucrânia proporciona ao continente africano;
- viii. Garantir que os acordos e contratos de parceria consagram cláusulas e financiamentos importantes para a transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de cidadãos africanos, bem como conteúdos locais, regionais e continentais.

***No Sector de Transportes:***

**16. APROVAR** o Mecanismo de Resolução de Litígios do Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM) e solicitar à AFCAC, em colaboração com a CUA e outros parceiros principais, a criação do Conselho Administrativo e Secretariado do

Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM acolhido pela AFCAC e a apresentação de relatórios ao Órgão de Monitorização de YD;

17. **APROVAR** as orientações políticas para a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os Estados-membros da União Africana e os Estados Não-Africanos e Regiões;
18. **SOLICITAR** à AFCAC a criação de um Comité de Peritos Jurídicos em Transportes Aéreos para ajudar no acompanhamento da aplicação das Orientações e na sua revisão;
19. **APROVAR** a Política Comum Africana sobre Aviação Civil revista e solicitar à AFCAC que coordene a sua implementação em colaboração com as instituições e parceiros de transporte aéreo relevantes;
20. **APROVAR** as recomendações do estudo sobre o Quadro Institucional e opções para o financiamento sustentável do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO);
21. **SOLICITAR** à CUA que coordene a implementação das recomendações do estudo para a criação do ARSO;
22. **REITERAR** os apelos aos Estados-membros que ainda não o fizeram, para que adiram, ratifiquem e depositem o instrumento de ratificação da Carta Africana de Segurança Rodoviária;
23. **SOLICITAR** à CUA, em colaboração com a UNECA, que elabore uma estratégia de advocacia para apelar a mais Estados-membros que ratifiquem a Carta Africana sobre Segurança Rodoviária;
24. **APROVAR** o Plano de Acção para os Transportes Marítimos para o período 2022-2023;
25. **SOLICITAR** à AFCAC que comunique os candidatos africanos propostos do Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Mauritânia, Nigéria, África do Sul e Zimbabwe às instituições de transporte aéreo e outros parceiros para apoio necessário antes da Assembleia Geral da ICAO em Setembro de 2022.

2022-06-20

# Report of the Second Extraordinary Specialized Technical Committee on Transport, Transcontinental and Interregional Infrastructure, and Energy (STC-TTIE), 14-16 June 2022

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/10430>

*Downloaded from African Union Common Repository*